

personalidade — evoluem conjuntamente. Porque uma atitude não se pode estabilizar como parte integrante do caráter refletido senão sob a influência de uma estrutura de comportamento. E, inversamente, a elaboração ou a aceitação de uma estrutura exige atitude estabilizada. Cada processo da evolução da personalidade compõe-se, portanto, de um conjunto complexo e evolutivo, no qual as estruturas sociais, agindo sobre as atitudes preexistentes, produzem, por isso mesmo, novas atitudes, de tal forma que estas últimas vêm a determinar as tendências do caráter em relação à sociedade, realização consciente das possibilidades do caráter que o indivíduo traz em si. E tais atitudes novas, na sua continuidade intelectual, agem sobre conjuntos preexistentes de valores sociais no domínio da experiência individual e produzem novos valores, de sorte que cada criação de um valor novo é, ao mesmo tempo, a definição de uma situação incerta, o que representa um passo para a elaboração de uma estrutura de comportamento coerente. Não é exato dizer, quando da contínua interação entre o indivíduo e as pessoas à sua volta, que ele constitui o produto de seu meio, ou que o meio é dele o produto. Antes, os dois raciocínios são exatos. Com efeito, o indivíduo não pode somente evoluir senão sob a influência de seu meio-ambiente. Mas, em compensação, durante a evolução que realiza, ele modifica o seu meio-ambiente, definindo novas situações e trazendo-lhes a solução que corresponde aos seus desejos e às suas tendências (Traduzido de WILLIAM I. THOMAS e FLORIAN ZNANIECKI, *The Polish Peasant in Europe and America*, Nova York, Dover Publications, 1958, t. 2, págs. 1850-1859, 1.^a ed., 1918-1921).

A SOCIEDADE CONCEBIDA COMO UMA INTERAÇÃO SIMBÓLICA

HERBERT BLUMER

Faço inicialmente questão de sublinhar que as teorias sociológicas estão, geralmente, em desacordo com os seguintes princípios da interação simbólica: em nossa opinião, a sociedade humana acha-se composta de indivíduos que desenvolveram o seu "Eu"; a ação individual é uma construção e não uma ação espontânea, sendo construída pelo indivíduo mercê das características das situações que ele interpreta e a partir das quais ele age. Além disso, a ação de grupos

ou a ação coletiva é composta da soma das ações individuais realizadas pelos indivíduos que interpretam cada ação de outrem. A maioria das teorias sociológicas não aceita esses diferentes princípios.

O pensamento sociológico, com efeito, trata raramente as sociedades humanas como sendo compostas de indivíduos que têm personalidades próprias. Ao invés disso, as teorias sociológicas supõem que os seres humanos são, pura e simplesmente, organismos possuidores de uma certa organização e que respondem a forças sobre eles se exercendo. Geralmente essas forças se encontram situadas na própria sociedade, como se dá no caso do "sistema social", da "estrutura social", da "cultura", da "posição social", do "papel social", da "instituição", da "representação coletiva", da "situação social", da "norma social", dos "valores". Nessa perspectiva, o comportamento dos indivíduos como membros de *uma sociedade* não é senão a resultante de todos aqueles fatores ou forças. Isto é seguramente a posição lógica, necessariamente adotada quando o pesquisador explica o comportamento ou as fases do comportamento com ajuda de tal ou de qual daqueles fatores sociais. Os indivíduos componentes de uma sociedade humana são considerados como o meio mercê do qual tais fatores operam, e a ação social dos mesmos indivíduos é encarada como a expressão dos mencionados fatores. Esta aproximação nega, ou, pelo menos, ignora, que os seres humanos têm personalidades e que agem depois de se haverem informado. Diga-se de passagem, o "Eu" não é levado em conta, quando o agente se põe a examinar as condutas orgânicas, os móveis, as atitudes, os sentimentos, ou os comportamentos psicológicos. Tais fatores psicológicos têm o mesmo papel que os fatores sociais atrás mencionados: são considerados como fatores atuantes sobre o indivíduo, quando ele age. Não se referem ao processo de decisão, a que o indivíduo recorre. O processo indicado se ergue contra aqueles fatores psicológicos, como também se ergue contra os fatores sociais que exercem uma influência sobre o ser humano. Praticamente, todas as concepções sociológicas da sociedade humana se recusam, assim, a reconhecer que os indivíduos que a compõem possuem o "Eu" desenvolvido.

Por conseguinte, tais concepções sociológicas não consideram as ações sociais dos indivíduos na sociedade humana como sendo sua própria construção, graças a um processo interpretativo. A ação é assim encarada como o produto dos fatores que atuam sobre os e através dos indivíduos. A conduta social dos indivíduos não é considerada como própria de sua construção, mercê da interpretação que eles dariam de objetivos, de situações, ou das ações dos outros indivíduos. Se se concede um lugar à "interpretação", esta não é simplesmente olhada senão como a expressão de outros fatores (por

exemplo, os motivos) que precedem o ato; ela desaparece, por consequência, como elemento específico. Por causa disso, a ação social dos indivíduos é antes tratada como um resultado do meio-ambiente do que como o resultado dos atos construídos pelos indivíduos, em virtude da interpretação das situações em que eles estão colocados.

Estas observações sugerem uma outra série de diferenças significativas entre as teorias sociológicas em geral e a teoria da integração simbólica. Elas não situam a ação social no mesmo lugar. Do ponto de vista da interação simbólica, a ação social reside nas atuações dos indivíduos que ajustam suas linhas de ação umas relativamente às outras, por força do processo da interpretação. A ação do grupo é então a ação coletiva de tais indivíduos. Ao contrário, as concepções sociológicas colocam geralmente a ação social na ação da sociedade ou em alguma fração da sociedade. Os exemplos, com efeito, são muito numerosos. Podem-se citar alguns. Certas concepções, que tratam as sociedades ou os grupos de indivíduos como "sistemas sociais", consideram a ação do grupo como a expressão de um sistema que se acha em estado de equilíbrio, ou que procura atingi-lo. Ou, então, a ação do grupo é considerada como a expressão das "funções" de uma sociedade ou de um grupo. Ou, então, ainda, é ela encarada como a expressão exterior de elementos contidos na sociedade ou no grupo, tais como as exigências culturais, as vontades da sociedade, os valores sociais, ou as coerções institucionais. Estas concepções ignoram ou mascaram a vida do grupo ou a ação do grupo como sendo composta de ações concertadas ou coletivas de indivíduos que procuram confrontar suas situações diárias...

Ao contrário, do ponto de vista da interação simbólica, a sociedade humana deve ser olhada como composta de atores, e a vida da sociedade como o resultado de suas ações. Os atores podem ser distintos dos indivíduos, das coletividades, cujos membros agem conjuntamente com um mesmo objetivo, ou, ainda, das organizações que agem em favor de uma clientela. Citemos os seguintes exemplos: compradores individuais num mercado, um conjunto musical, uma grande empresa industrial, ou uma associação nacional profissional. Não existe atividade na sociedade humana, empiricamente observável, que não provenha de alguns atores. É preciso dar ênfase a essa afirmação banal, levando em conta a prática comum dos sociólogos, que reduzem a sociedade humana a unidades sociais não atuantes. Exemplos: na sociedade moderna, as classes sociais. Evidentemente, pode-se conceber a sociedade humana de outro modo que não em termos de atores. Quero simplesmente acentuar que, considerada a atividade concreta ou empírica, a sociedade humana deve, necessariamente, ser olhada em termos de atores. Eu gostaria de acrescentar que

todo estudo realista de semelhante sociedade precisa aceitar a consideração, observável empiricamente, segundo a qual uma sociedade desse tipo é composta de atores. Devem-se também observar as condições em que atuam tais atores. A primeira condição a preencher é que a ação se desdobre em função da situação. Qualquer que seja o ator — um indivíduo, uma família, uma escola, uma igreja, uma empresa, um sindicato, um parlamento etc. — toda ação particular é formada em função da situação em que se situa. Isto leva a tomar em consideração a segunda condição importante, a saber, que a ação é concebida ou construída, interpretando a situação. O ator deve necessariamente identificar os elementos que precisa levar em conta: as obrigações, as boas ocasiões, os obstáculos, os meios, os pedidos, os inconvenientes, os perigos etc. Deve avaliá-los de uma certa maneira e tomar decisões a partir da avaliação. Uma tal conduta precisa ser respeitada, assim pelo indivíduo que dirige sua própria ação como por uma coletividade de indivíduos que agem de concerto, ou por delegados que atuam em nome de um grupo ou de uma organização. A vida do grupo é composta de atores que desenvolvem suas ações em função das situações em que se encontram. Habitualmente, a maioria das situações diante das quais se vêem os indivíduos, numa sociedade dada, são definidas ou "estruturadas" de igual maneira. Mercê de uma prévia interação, eles desenvolvem ou adquirem uma compreensão semelhante da mesma situação. Essas compreensões comuns permitem que os indivíduos ajam de forma idêntica. O comportamento comum dos indivíduos em tais situações nem por isso deve fazer crer ao observador que nenhum processo de interpretação está em jogo. Ao contrário, posto que fixadas, as ações dos participantes são construídas por eles próprios, devido a um processo de interpretação. A partir do instante em que as definições, todas assentes e comumente admitidas, ficam à sua disposição, devem os indivíduos empregar poucos esforços na conduta e na organização de seus atos. Todavia, muitas outras situações não podem ser definidas de uma só maneira pelos participantes. Neste caso, as linhas de conduta não se harmonizam facilmente umas com as outras, e a ação coletiva se vê bloqueada. Interpretações devem-se desenvolver, e é necessário que venham a ajustar-se. Em tais situações indeterminadas, importa estudar o processo de definição que se desenvolve entre os atores.

Na medida em que os sociólogos se interessam pelo comportamento dos atores, a teoria da interação simbólica torna necessário o estudo do processo de construção da ação. Esse processo não deve ser apreendido como se referindo simplesmente às condições que lhe são anteriores. Estas ajudam a compreendê-lo, na medida em que exercem alguma influência. Mas, como foi indicado atrás, não constituem

o processo. Do mesmo modo, não se pode simplesmente compreendê-lo, deduzindo-lhe a natureza da ação manifesta que daí resulta. Para conceber o processo, aquele que estuda a sociedade deve desempenhar o papel do ator cujo comportamento está estudando. Desde o momento em que a interpretação pelo ator se faz a partir de objetos designados e apreciados, de significações adquiridas e de decisões tomadas, o processo deve ser considerado do ponto de vista do ator. Tais conclusões põem ainda mais em evidência o fecundo caráter dos trabalhos notáveis de R. E. Park e W. I. Thomas. Tentar conhecer o processo interpretativo, limitando-se ao exterior, como o faz o observador dito "objetivo", e recusando-se a tomar sobre si mesmo o papel do ator, é arriscar-se à pior sorte de subjetivismo: assim, o observador "objetivo" está pronto para construir o processo de interpretação com suas próprias suposições, em lugar de apreender esse processo como o faz o próprio ator (Traduzido de HERBERT BLUMER, "Society as Symbolic Interaction", in A. ROSE (ed.), *Human Behavior and Social Processes*, Boston, Houghton Mifflin Co., 1962, págs. 184-188).

A APRESENTAÇÃO DE SI MESMO NA VIDA QUOTIDIANA

ERVING GOFFMAN

Quando um indivíduo é posto em presença de outras pessoas, estas procuram obter informações a seu respeito, ou mobilizam as de que já dispõem. Preocupam-se com o seu *status* sócio-econômico, com a idéia que ele próprio tem de si, com suas disposições relativamente a elas, com sua competência, com sua honestidade etc. Esta informação não é somente procurada por aquilo que contém, mas também por motivos muito práticos: contribui para definir a situação, permitindo aos outros prever o que seu parceiro deles espera e, correlativamente, o que podem os mesmos esperar deles. Assim informados, sabem como agir, de maneira a obter resposta desejada.

A informação pode provir de diferentes fontes e ser veiculada por diferentes suportes. Quando não possuem nenhum conhecimento preliminar a respeito de seu parceiro, os observadores podem tirá-lo da conduta e da aparência os indícios próprios para reativar a experiência prévia que tenham de indivíduos quase semelhantes ou,

sobretudo, próprios para aplicar ao indivíduo que se encontra diante deles estereótipos inteiramente constituídos. Podem postular, com base na sua experiência passada, que, num dado meio social, só são encontradas pessoas de uma certa espécie. Podem apoiar-se no que o ator diz de si mesmo ou nos documentos escritos que atestam quem é ele e o que ele é. Se, ao contrário, conhecem, já, seu parceiro, ou dele ouviram falar, no curso de uma experiência anterior à interação, são capazes de predizer-lhe o comportamento presente e futuro, aventando a hipótese de persistência e da generalidade dos traços psicológicos.

Contudo, é possível acontecer que, durante todo o tempo em que uma pessoa se acha na presença imediata de outras pessoas, não se passe grande coisa suscetível de fornecer-lhe, de saída, as informações decisivas de que precisam para orientar corretamente a sua conduta, situando-se numerosos fatos essenciais fora do momento e do lugar da interação, ou permanecendo escondidos na própria relação interacional. Não é possível apreender, com efeito, atitudes, crenças e emoções "verdadeiras" ou "reais" em alguém senão através de suas confissões ou, de maneira indireta, daquilo que aparece como um comportamento involuntariamente expressivo. Do mesmo modo, não existe com freqüência ocasião alguma de pôr a prova, durante a interação, alguém que proponha um produto ou um serviço: é-se obrigado a aceitar certos acontecimentos como os sinais convencionais ou naturais de algo que não é diretamente oferecido aos sentidos. Para reempregar os termos de Ichheiser (5), o ator deve agir de maneira a dar, intencionalmente ou não, uma *expressão* de si mesmo, e os outros, por seu turno, devem daí retirar uma certa *impressão*.

A capacidade de expressão de um ator (e, por conseguinte, sua aptidão para dar impressões) manifesta-se sob duas formas radicalmente diferentes de atividade simbólica: a expressão *explícita* e a expressão *indireta*. A primeira compreende os símbolos verbais ou seus substitutos, que uma pessoa utiliza de acordo com o uso da língua e unicamente para transmitir a informação que ela mesma e seus interlocutores admitidamente ligam a tais símbolos. Trata-se da comunicação, no sentido tradicional e estreito do termo. A segunda compreende um amplo leque de ações, que os interlocutores podem considerar como signos sintomáticos, quando é provável que o ator tenha agido por motivos diferentes dos que explicitamente mencionou. Como se vai ver, esta distinção não é válida senão em início de análise. Com efeito, um ator pode sempre transmitir, intencional-

(5) Gustav Ichheiser, *Misunderstandings in Human Relations*, suplemento de *The American Journal of Sociology*, LV (setembro de 1949), págs. 6-7.